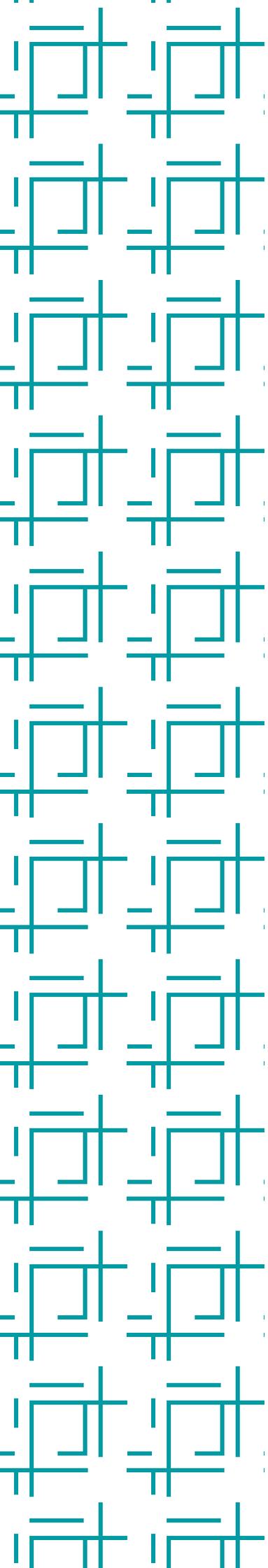


PROCESSO
SELETIVO 2024 – 3º CICLO

PROGRAMA DE ESTUDOS DIRIGIDOS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

CEJUR
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS



Atividades de caráter educacional, social e de formação do conhecimento jurídico e pensamento crítico em Direito Público

Público interno: 60 vagas (servidores, estagiários de graduação, estagiários de pós-graduação e procuradores da PGE)

Público externo: 60 vagas, sendo 15 para cotistas - estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam pretos(as)/pardos(as), estudantes ou bacharéis em Direito que sejam pessoas com deficiência (PCD), estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam indígenas ou quilombolas, estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam travestis ou transexuais.

O que é o Programa de Estudos Dirigidos da PGE-GO?

É uma iniciativa do Centro de Estudos Jurídicos, com a finalidade de fomentar a formação jurídica e o pensamento crítico em assuntos relacionados ao Direito Público, a partir de atividades de caráter educacional e social, por meio de debates plurais dos quais participem o público interno e externo.

O Programa vai se desenvolver por meio de aulas e encontros presenciais, com periodicidade quinzenal ou inferior, em processo de aprendizagem com método participativo

Quem pode participar?

Na condição de público interno, podem participar servidores, estagiários de graduação, estagiários de pós-graduação e procuradores da PGE-GO.

Na condição de público externo, podem participar interessados que não tenham vínculo com a PGE-GO. Como medida de estímulo à diversidade racial e social, podem também participar, na condição de público externo cotista, estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam pretos(as)/pardos(as), estudantes ou bacharéis em Direito que sejam pessoas com deficiência (PCD), estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam indígenas ou quilombolas, estudantes ou bacharéis em Direito sem inscrição na OAB que sejam travestis ou transexuais.

Quem ministrará as aulas e conduzirá os encontros?

Sob coordenação científica do CEJUR, as aulas e os encontros serão conduzidos por Procuradores do Estado.

Qual a duração do Programa?

O 3º Ciclo do Programa de Estudos Dirigidos contará com 10 encontros, com temática que envolverá temas relacionados a Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Processual Civil.

Há custos para os participantes?

Não haverá qualquer ônus financeiro para os participantes do Programa.

Programação:

31.01.2024 (1º encontro): “Licitações e contratos públicos: modelagem sob a ótica econômica”



Professor: Yuri Alexander - Procurador do Estado. Chefe da Procuradoria Setorial da Administração Penitenciária. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes e em Filosofia Jurídica e Teoria do Direito pela PUC/MG.

21.02.2024 (2º encontro): “Conflito interfederativo na judicialização da saúde: análise do tema nº 1234 do Supremo Tribunal Federal”



Professora: Beatriz Randal - Procuradora do Estado, atualmente em exercício na Coordenação da Área da Saúde. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza.

06.03.2024 (3º encontro): “Eleições municipais: implicações jurídicas na administração pública estadual”.



Professora: Luciana Rezende - Procuradora do Estado desde 2001, com atuação no consultivo. Desde 2019, exerce o cargo de Subprocuradora-geral de Assuntos Administrativos.



Professora: Renata Monteiro - Procuradora do Estado. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes-ATAME.

20.03.2024 (4º encontro): O papel da Procuradoria-Geral do Estado no procedimento de elaboração de atos normativos”



Professora: Ana Caroline Valadares - Procuradora do Estado, atualmente em exercício no Núcleo Administrativo da Consultoria-Geral. Pós-graduada em Direito Administrativo e em Direito Constitucional. Foi Procuradora do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Campo Grande.

10.04.2024 (5º encontro): “Repercussões jurídicas da não incorporação de medicamentos e tratamentos no SUS”



Professora: Carolina Campelo - Procuradora do Estado, atualmente em exercício como Gerente de Processos Administrativos na Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. Pós-graduada em Direito Administrativo e em Direito Constitucional.

24.04.2024 (6º encontro): “O papel da advocacia pública no combate a cartéis em licitações”



Professora: Ana Paula Guimarães - Procuradora do Estado, especialista em Direito Econômico e Concorrencial pela Fundação Getúlio Vargas e mestranda em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Trabalhou no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), onde ocupou os cargos de Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral e da Presidência. Em 2023, atuou como consultora junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pesquisando sobre Concorrência e Redução da Pobreza.

08.05.2024 (7º encontro): “Coisa julgada inconstitucional e o Tema 100 da Repercussão Geral do STF”



Professora: Daline Paula Barros - Procuradora do Estado, atualmente no exercício da Gerência do Contencioso da Procuradoria Setorial do DETRAN/GO. Ex-Procuradora do Estado de Alagoas. Ex-Procuradora do Município de Sorocaba. Graduada em Direito pela UFC. Especialista em Direito Administrativo.

15.05.2024 (8º encontro): “O papel da advocacia pública no ciclo de políticas públicas”



Professora: Carla von Bentzen - Procuradora do Estado. Mestre em Direito e Políticas Públicas pela UFG. Atualmente, chefe da Procuradoria Setorial da Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg).

22.05.2024 (9º encontro): “Estatuto dos Servidores: aspectos gerais e controvertidos da Lei 20.756/2020 após quatro anos de sua entrada em vigor”



Professor: Filipe Spenser - Procurador do Estado, lotado na Gerência do Contencioso Administrativo e Criminal da Secretaria de Segurança Pública.

05.06.2024 (10º encontro): “Políticas públicas de redução de litigiosidade: do consenso à gestão de processos em massa”



Professor: Marcílio Ferreira - Procurador do Estado e Advogado. Doutor em Direito. Professor de Direito Constitucional e Administrativo.